

**PET no HABEAS CORPUS Nº 560.441 - DF (2020/0028390-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE** : RALPH EVANGELINO RIBEIRO MOHN (PRESO)  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ - DF018976  
DIOGO DE MYRON CARDOSO PONZI - DF040262  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS

**DECISÃO**

Trata-se de petição requerendo a análise da situação prisional do requerente, reforçando os termos da Pet n. 146.749/2020 (fls. 631/638).

Aqui, o requerente colaciona trecho da Recomendação n. 62 do CNJ, de 17 de março de 2020, afirmando que já excedeu o prazo de 90 dias indicado na recomendação, o que reforça os argumentos lançados pela defesa.

Na petição de fls. 631/638, o requerente aponta, em síntese, o avanço da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) e aponta o seguinte (fl. 638):

[...]

Deve-se lembrar também que o Paciente é primário e portador de bons antecedentes, além de possuir residência fixa no Distrito Federal. Ademais, encontra-se preso desde o dia 17 de dezembro, estando encarcerado por quase cem (180) dias. Logo, acredita-se que a substituição de sua prisão preventiva por cautelares diversas seria, dentro do contexto apresentado, ainda mais recomendável, configurando-se como uma salutar medida de saneamento prisional, apta a auxiliar na preparação do sistema para que melhor enfrente o preocupante cenário que está por vir.

Como último argumento, em que pese o presente feito ainda não ter sido pautado para julgamento, verifica-se que o próprio Superior Tribunal de Justiça já determinou, por meio da Resolução STJ/6P N. 4, de 16 de março de 2020, diversas medidas para auxiliar na contenção da epidemia de Covid-19, dentre as quais a suspensão da realização das sessões de julgamento presenciais.

Ante todo o exposto nos parágrafos anteriores, demonstrado o contexto fático específico surgido com a escalada da pandemia de CORONAVÍRUS, os Impetrantes requerem que o mérito do presente *writ* seja julgado o mais rápido possível. Porém, caso as circunstâncias limitadoras do contexto atual não permitam o julgamento célere do mérito pelo Colegiado da Colenda Sexta Turma, **que Vossa Excelência decida de forma monocrática acerca do status *Libertatis* do Paciente.**

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O pedido para substituição da prisão preventiva por medidas cautelares em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Magistrado de primeiro grau, **sendo vedada a pretendida supressão de instância.**

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Em razão disso, **indefiro** o pedido do requerente.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator